

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Flávio Chedid Henriques¹

Resumo: Neste artigo são apresentadas algumas das discussões conceituais e práticas acerca do que se convencionou chamar de economia solidária a partir de meados dos anos 1990 no Brasil. Aponta para as contribuições de distintas perspectivas teóricas para que se configure um campo em que as experiências de trabalho associado sejam alternativas para a geração de trabalho e renda sem perder de vista as potencialidades críticas que tais práticas possuem com relação às formas atuais de organização do trabalho. Pelo fato de se tratar de um campo em formação, com estrutura de um movimento social, tal debate se faz oportuno por conta das diferentes apropriações feitas por distintos segmentos da sociedade com matrizes ideológicas, por vezes, antagônicas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Autogestão; Economia Social; Economia Popular; Trabalho.

Abstract:

In this article are presented some of the conceptual and practical discussions about what is conventionally called the solidarity economy from the mid-1990s in Brazil. Points to the contributions of different theoretical perspectives to set a field in which the experiences associated work are alternatives for generating employment and income without losing sight of the critical potential that such practices have in relation to

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e Pós-Doutorando na mesma instituição. Pesquisador do Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos temas de organização do trabalho, autogestão e empresas recuperadas por trabalhadores. E-mail: flaviochedid@gmail.com

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

current forms of work organization . Because it is a field in formation, with the structure of a social movement, such debate is timely because of the various appropriations made by different segments of society with ideological matrices, sometimes, antagonistic.

Keywords: Solidarity Economy; Self-management; Social Economy; Popular Economics; Labour.

1. Introdução²

Atualmente, as práticas autonomistas no interior das unidades produtivas vêm sendo entendidas por alguns teóricos como espaços de luta por outra economia. Vários conceitos diferentes são utilizados para designá-las: Economia Social, Economia Popular, Economia dos Setores Populares, Economia do Trabalho, Economia Social e Solidária, Socioeconomia Solidária e Economia Solidária. Este último ganhou força no Brasil desde meados da década de 1990.

As pesquisas relacionadas a esse tema são variadas e possuem diferentes características. Há muitos estudos de caso, que buscam evidenciar as novas relações existentes no espaço de trabalho. Essas pesquisas, assim como as análises feitas dos mapeamentos nacionais da economia solidária, realizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, tentam caracterizar as experiências tal como elas são hoje.

Também podem ser encontrados estudos teóricos que têm como principal objetivo criar o projeto político da Economia Solidária. Esses trabalhos, em geral, são marcados pela projeção, por parte dos acadêmicos e militantes do movimento de economia solidária, das características que

²Este artigo foi retirado da tese de doutorado “Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina” defendida pelo autor no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

eles gostariam de encontrar nas práticas, que nem sempre condizem com o que efetivamente ocorre nas experiências existentes.

Há também a dimensão dos estudos que refutam a proposta política da economia solidária. A partir de perspectiva crítica, esses trabalhos, muitas vezes embasados pelos resultados do mapeamento, negam a ideia de que esse projeto político tenha a força e a radicalidade necessárias para ser uma alternativa ao sistema do capital. Mais do que isso, sugerem que tais práticas servem como colchão amortecedor do capital, sendo funcional ao mesmo.

Nas próximas sessões, são apresentadas essas diferentes matrizes teóricas, em uma tentativa de compreender a contribuição de cada uma delas na construção de novas formas sociais de produção de bens e serviços.

2. A origem do termo e os diferentes conceitos utilizados

Para Cruz (2006), o chileno Luiz Razeto Migliaro, em 1984, foi o primeiro a desenvolver o conceito de economia solidária, que chamava de “economia de solidariedade”. Apesar desse conceito incluir as experiências associativas, é mais abrangente e menos preciso do que o que é utilizado hoje em dia no Brasil. Em texto originalmente publicado em 1999, Razeto Migliaro (2007) desenvolve a ideia de que a solidariedade não deve se restringir às ações de compensação realizadas depois de terminado o ciclo econômico. Ao contrário, deve ser introduzida na produção, distribuição, consumo e acumulação.

Pode-se observar que o que faz Razeto é propor caminhos para incorporar a solidariedade na economia. Como a solidariedade possui gradações, a economia de solidariedade pode ser exercida entre os trabalhadores de uma empresa capitalista, entre trabalhadores individuais que compartilham suas dificuldades e também entre trabalhadores associados em um mesmo ambiente produtivo. Como observa Cruz (2006), “as formulações de Luis Razeto se apresentam mais como um projeto de sociedade que propriamente como uma análise científica fundamentada em observações empíricas sistematizadas” (p.41).

Já segundo França Filho e Laville (2004), o termo economia solidária surgiu concomitantemente no Brasil e na França ao longo dos anos de 1990. Até meados desta década, as instituições que surgiram no Brasil para

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

assessorar os empreendimentos coletivos utilizavam o conceito de cooperativas populares, como o Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), surgida na COPPE/UFRJ. Em sua pesquisa, Sardá de Faria (2011) identificou que Paul Singer, em 1996, foi o primeiro a empregar a expressão “economia solidária” no Brasil, em artigo publicado pela revista Teorias e Debates da Fundação Perseu Abramo.

Neste artigo, Singer (1996) tenta desenvolver a ideia de uma proposta não capitalista para o desemprego e ainda não explora a potencialidade da autogestão para emancipação da classe trabalhadora. Preocupado com a grave crise financeira pela qual passava o país, o autor propõe a criação de um novo setor econômico com um mercado protegido da competitividade externa. Essa proteção se daria com a criação de uma moeda própria e de cooperativas de produção e consumo, em que os cooperados deveriam ter o compromisso de consumirem na própria cooperativa.

Nesse período, diversas instituições passaram a dar suporte à criação e à manutenção de empreendimentos coletivos no Brasil e em outros países da América Latina. A Rede Unitrabalho e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) impulsionaram a criação de incubadoras universitárias com o objetivo de dar suporte técnico e político para formação de trabalhadores interessados em se associarem. Organizações não governamentais já consolidadas, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Centro de Ação Comunitária (CEDAC), Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)³ e Cáritas Brasil, também passaram a discutir esse projeto político e desenvolveram estratégias de assessoria para os grupos de trabalhadores associados. Novas instituições foram criadas para dar suporte às empresas que estavam sendo recuperadas por trabalhadores, como a ANTEAG e, mais tarde, já nos anos 2000, a UNISOL, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Experiências pioneiras de políticas públicas voltadas

3 Essas são entidades de assessoria que atuam no estado do Rio de Janeiro e suas atividades em apoio aos empreendimentos de autogestão foram detalhadas por Henriques (2007).

para esse setor foram desenvolvidas nos estados de Rio Grande do Sul (1999-2002) e São Paulo (2001-2004) nos governos de Olívio Dutra e Marta Suplicy, respectivamente.

Em 2001, no 1º Fórum Social Mundial (FSM), parte dessas instituições constituíram o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária⁴. Em 2002, com a eleição de Lula, o GT Brasileiro pleiteou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se concretizou em 2003 dentro do Ministério de Trabalho e Emprego. O GT responsabilizou-se por organizar a Plenária Brasileira de Economia Solidária para construção de um projeto político para o movimento em diálogo com a secretaria. Em junho de 2003, na III Plenária, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que além de agregar os fóruns estaduais e municipais já existentes, impulsionou a formação de outros. Segundo informações de seu sítio, hoje o FBES abrange “mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária”. No esquema abaixo, elaborado pelo FBES, pode-se observar a variedade de instituições que compõem o movimento de economia solidária no Brasil:

4 “As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária” (Informações obtidas no sítio http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 em 09/07/2012)

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Figura 1 - Atores da Economia Solidária no Brasil



Fonte: www.fbes.org.br

Com a articulação dessa gama de instituições, ganhou fôlego uma discussão do projeto político da economia solidária, que teve respaldo nos trabalhos acadêmicos e nas políticas públicas⁵. Antes de apresentar as

⁵ Como observou Sardá de Faria (2011), o Programa do Governo do Rio Grande do Sul voltado para a economia solidária estabeleceu critérios objetivos para avaliar o

definições que sustentam o projeto político da economia solidária, cabe apresentar os conceitos de economia popular, economia do trabalho e economia social, dado que apresentam algumas diferenças que precisam ser mencionadas.

O argentino José Luis Coraggio (2007) parte de observações empíricas do *realmente existente* para delinear possibilidades de ações que, em contraposição à acumulação de capital, sinalizem para a reprodução ampliada da vida. Seu conceito de economia popular realmente existente tem como protótipo as unidades domésticas, que são os espaços fora da economia pública e da economia capitalista⁶ em que os setores populares produzem as condições necessárias para suas existências, como determinadas atividades informais mercantis e a produção para autoconsumo. O autor ainda ressalta que não se pode idealizar a economia popular, que é colonizada em seus valores e no sentido de sua existência pelo sistema do capital, apesar de ser regida por outra lógica. Esta nova lógica, segundo Quijano (2005), caracteriza-se pelo fato de que “as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social” (p.491).

Para Coraggio (2007), a *economia do trabalho* representa uma perspectiva utópica de construção possível, um subsistema econômico centrado no trabalho, com lógica própria e contrário às economias capitalista e pública. Se a economia popular é a realmente existente, a economia do trabalho é a outra economia possível, em que a lógica do capital é substituída pela do trabalho.

Tanto a economia popular como a economia do trabalho se diferem do conceito de economia solidária com relação ao grau de abrangência. As duas primeiras têm como protótipos as unidades domésticas e entendem as associações, cooperativas e outras formas de agrupamento de trabalhadores como suas extensões. Já a economia solidária tem como protótipo os grupos

conteúdo político das experiências, buscando impulsionar a democratização das relações de trabalho. Entre os critérios, destacam-se a não contratação de mais de 10% de trabalhadores com relação aos associados e a indicação de que as regras de remuneração fossem estabelecidas em Assembleias Gerais, com objetivo de evitar disparidades salariais muito grandes.

⁶ Apesar de serem influenciadas por elas.

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

de trabalhadores associados. Segundo Cruz (2006), “as iniciativas de economia solidária partem da economia popular, numa condição de informalidade, para – de forma associada – alcançarem a formalidade” (p.80).

Para Cruz (2006), outro diferencial está relacionado à subordinação dos participantes das unidades domésticas, como pode ser observado em algumas iniciativas de base familiar. Um exemplo desse limite estabelecido se deu quando foi decidido não incluir as experiências de agricultura familiar no mapeamento nacional de economia solidária, uma vez que supostamente esses empreendimentos reproduzem as hierarquias existentes no ambiente familiar. No documento da IV Plenária de Economia Solidária foi evidenciado que os empreendimentos que envolvem famílias, sejam rurais ou urbanos, assim como as práticas das comunidades tradicionais seriam considerados parte da economia solidária apenas se fossem autogestionários e suprafamiliares.

Outro conceito muito utilizado hoje para designar as experiências econômicas baseadas em relações não capitalistas é o de economia social. Sendo que algumas vezes utiliza-se a variante social e solidária. Cruz (2006), entretanto, apresenta as concepções do início do século XX feitas por León Walras e Charles Gide sobre o conceito de economia social. Para ele, o campo de conhecimento defendido por esses autores não representa inovações sociais com relação à sociedade capitalista, tendo sido o conceito utilizado como estratégias de redução da pobreza dentro do sistema do capital. Para Cruz (2006), “a economia solidária, conscientemente ou não, representa uma contestação às relações sociais de produção capitalistas – uma ‘subversão’ das relações de propriedade, e poder e de apropriação da riqueza produzida que são típicas do capitalismo e das iniciativas” (p.103). Já Defourny (2009) apresenta um conceito de economia social próximo do de economia solidária, ao entender que a primeira é representada por atividades econômicas exercidas por sociedades de pessoas que buscam democracia econômica associada à utilidade social. Entretanto, mesmo para esse autor a incorporação do adjetivo “solidário” ao conceito de economia social se dá pela necessidade de incorporar as práticas que tenham foco na gestão coletiva, o que demonstra a fragilidade deste conceito para denominar experiências de autogestão.

3. A construção do projeto político da Economia Solidária

Para além da proposta inicialmente apresentada por Singer, de alternativa ao desemprego, os debates conceituais, que se dão a partir do fortalecimento do movimento de economia solidária, passaram a abarcar, sobretudo, três questões: 1) a autogestão como a característica central desta outra economia, representada por inovações na organização do trabalho; 2) a economia solidária como um novo modo de produção que atua nos interstícios da economia capitalista; 3) a economia solidária como uma experimentação prática de novas relações sociais de produção.

Para Nascimento (2004), a economia solidária é representada pelo conjunto de atividades econômicas - produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizadas sob a forma de autogestão. Essa definição subsidiou o mapeamento nacional da economia solidária, que será abordado mais adiante e é a definição oficial utilizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária para elaboração de políticas públicas. É a partir dela, por exemplo, que se fez o recorte que decidiu não incorporar as experiências de agricultura familiar no mapeamento.

Antônio Cruz (2006), também reforça essa característica da radicalização da democracia no interior das unidades produtivas ao definir a economia solidária como:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (p.69).

Inspirado pelos quatro princípios do comportamento econômico de Karl Polanyi⁷, Singer (2004) acredita que junto com o modo de produção capitalista coexistem a produção simples de mercadoria, a economia pública, a economia doméstica e a economia solidária. O autor define esta

7 A domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado.

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

como um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p.13).

Mesmo sem utilizar a categoria *modo de produção*, Luiz Inácio Gaiger (2004) conceitua a economia solidária como uma nova forma social de produção, já que se modificam os princípios e fins da organização econômica e alteram-se as relações estabelecidas entre os indivíduos no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e aos seus resultados. Para o autor, o sentido histórico da economia solidária encontra-se “na emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência” (p.372) que, embora incompleta e passível de retrocessos, é decisiva como experiência humana. Já Macdonald (2005), que também entende que a autogestão é a característica central da economia solidária, fala de um modo de produção autogestionário, mas ressalta a contradição de no processo de circulação das mercadorias se fazer necessário atuar dentro do mercado capitalista.

Tanto a afirmação da autogestão como característica diferencial como a definição da economia solidária como um novo modo de produção suscitaram críticas relacionadas à inserção dessas experiências em uma sociedade capitalista. A maior parte delas está relacionada à afirmação de que não se pode falar em autogestão em uma sociedade hegemônica pelo sistema do capital. Outros críticos dizem que um novo modo de produção numa concepção marxista deveria alterar não só as relações sociais de produção como o conjunto das forças produtivas e tais mudanças ainda seriam muito limitadas nas experiências de economia solidária para que se pudesse falar em um novo modo de produção.

A terceira questão conceitual abordada pelos teóricos que auxiliam a construção do projeto político da economia solidária parece absorver as críticas realizadas e busca realçar as características mais imediatas dessas experiências, que são as potencialidades educativas do exercício da autogestão. Gadotti (2009) enxerga a economia solidária como uma práxis pedagógica, que implica em novos valores para um novo projeto de sociedade. Cunha Bocayuva (2007) a vê como uma experimentação prática coletiva para o socialismo. E mesmo Singer (1998), ao tratar essas experiências como implantes socialistas no sistema capitalista, está reforçando o caráter pedagógico que essas experiências transmitem para os

que dela participam e os que nela se inspiram.

4. As experiências concretas de Economia Solidária

As diferenciações conceituais explicitadas fazem sentido quando o que está em jogo é o projeto político que se quer alcançar. Mas, nas experiências concretas, os limites são identificáveis? O que se considera hoje como uma experiência de economia solidária apresenta as características teoricamente formuladas? Considerando que existem iniciativas com diferentes graus de participação, como delimitar as que se enquadram num processo autogestionário?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, faz-se necessário recorrer a alguns estudos de casos e aos dados do mapeamento nacional de economia solidária. Em um importante trabalho etnográfico sobre o universo da economia solidária, a antropóloga Eugênia Motta (2010) identifica a fala “sou empreendimento” para denotar as pessoas que se entendem como protagonistas da economia solidária no Brasil. Entendo que esse sentimento de pertencimento, junto com um reconhecimento das instâncias locais de atuação na economia solidária, como os fóruns municipais, sejam elementos suficientes para caracterização e enquadramento de uma iniciativa no universo da economia solidária. Denota ao menos a intenção de praticar a gestão coletiva, que mesmo que seja frágil, passa por um processo de formação, que é a própria participação nas instâncias do movimento de economia solidária.

As demais experiências, que ainda não possuem consciência de estarem praticando o que hoje se denomina de economia solidária, precisam ser reconhecidas a partir das características das iniciativas que já atuam dentro do movimento, que podem servir de parâmetros para reconhecimento de potenciais novos grupos. Esses parâmetros são mais interessantes do que resultantes dos trabalhos acadêmicos que têm como objetivo construir o projeto político da economia solidária, já que haveria nesse caso o risco de serem consideradas apenas as experiências modelos ou tipos ideais, significando um desperdício de práticas com potenciais emancipadores⁸.

⁸ Essa é uma afirmação inspirada no que Santos (2007) chamou de crítica à razão

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Essa perspectiva não exclui a necessidade de alguns limites. Por exemplo, nos dois mapeamentos de economia solidária, foram consideradas como EES, as seguintes organizações:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ANTEAG, 2009, p. 18)

O principal limite imposto nessa definição é a prática da gestão coletiva. E com o entendimento de que em uma organização familiar dificilmente há a perspectiva de exercer a gestão coletiva, esses empreendimentos são excluídos. Evita-se, inclusive, a palavra “autogestão”, dando preferência à utilização do termo “gestão coletiva”, provavelmente pela polêmica conceitual existente em torno do primeiro.

indolente, por entender que conceituações normativas tendem a excluir uma série de iniciativas com potenciais emancipadores.

Nesse sentido, a experimentação da gestão coletiva, que significa, a meu ver, a perspectiva de exercício da autogestão, figura como elemento central para definição dos empreendimentos de economia solidária.

Como revela Motta (2010), segundo explicações de profissionais da SENAES, no mapeamento o conceito deveria abarcar “o máximo (maxi) de experiência possível e contemplar um mínimo de características fundamentais sem as quais não pode ser considerado de ES (mini)” (p.127), o que chamou de um conceito “maxi-mini”⁹. A interpretação da autora com relação à ausência do conceito de autogestão na definição e sua substituição pelo termo “gestão coletiva” é semelhante à que foi acima colocada e parte, em sua opinião, dessa visão “mini” relacionada aos critérios de corte. Em suas palavras: “a autogestão não é exigência para que um empreendimento seja considerado um EES. ‘A gestão coletiva’ aqui é suficiente” (p.130).

Já foram realizados três mapeamentos no Brasil, sendo que os resultados do último, no momento da redação deste artigo, ainda não haviam sido divulgados. Segundo Motta (2010), antes de se realizar o primeiro mapeamento foi verificada a impossibilidade de unificar os distintos bancos de dados já existentes em pesquisas acadêmicas, dada a diversidade de questões que cada um tratava. Também se tentou construir um levantamento em conjunto com o IBGE, que não foi concretizado por não ter sido de interesse do instituto.

Serão apresentados, sobretudo, dados do segundo mapeamento¹⁰, uma vez que os percentuais obtidos nos dois foram muito parecidos. Enquanto o primeiro cobriu 41% dos municípios brasileiros, encontrando 14.954 EES, o segundo, abrangeu 53%, identificado 21.859 EES, dos quais 43,5% encontram-se na região nordeste do país. A maioria deles está organizada sob a forma de associação (54%) e apenas 9,6% na forma cooperativa. Uma parcela significativa, de 36,5%, é formada por grupos informais. Quase metade (48%) das experiências atua exclusivamente no âmbito rural. Outros 35%, na área urbana e 17% têm atuação mista.

9 Apesar de corroborar de uma concepção que tente incluir os empreendimentos que buscam praticar a gestão coletiva, atento para a necessidade de uma visão crítica ao se analisar essa perspectiva, dado que é comum que instituições governamentais tentem inflar as estatísticas.

10 Retirado do sítio <www.sies.mte.gov.br> em 14.07.2012

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Atividades agropecuárias, extrativistas e a pesca representam 41% das experiências. Outros 17% atuam no setor alimentício, com igual porcentagem para o setor artesanal. Apenas 1,8%, ou seja, 406 experiências atuam na indústria.

Um dado importante para avaliar o componente ideológico dessas experiências está relacionado ao motivo de criação do EES. Entre as seis opções existentes, cada empreendimento podia escolher três delas, hierarquizando-as. Dos que responderam (17.675) apenas 1.571 colocaram como motivação principal a possibilidade de realizar um trabalho de forma associada, o que representa 8,8%. Enquanto isso, 6.746 EES (38,1%) disseram que se associaram prioritariamente como alternativa ao desemprego e outros 6.399 (36,2%) para obterem maior ganho ou complementarem renda. Sem dúvidas, essa é uma característica que dificulta o projeto de fortalecer uma economia centrada no trabalho coletivo.

O tratamento dos dados feito pela SENAES, no segundo Atlas da economia solidária, de 2009, apresenta esses dados de maneira agrupada, reunindo todos que responderam a cada uma das alternativas, independente da ordem que as colocou. Dessa maneira, 46% das empresas responderam que um dos motivos foi a alternativa ao desemprego, 44%, complemento de renda, 34%, obtenção de maiores ganhos e 27%, possibilidade de gestão coletiva.

Para avaliar a efetividade da gestão coletiva, o mapeamento identificou a periodicidade da realização de assembleias ou reuniões gerais, além das principais formas de participação dos sócios: 73,6% dos EES afirmam realizar assembleias e reuniões gerais com periodicidade de no mínimo três meses, sendo que 48,2%, mensalmente. As principais formas de participação indicadas foram: decisões cotidianas (66%), prestação de contas (61%), eleição da diretoria (60%) e acesso a registros e informações (60%).

Para aprofundar na qualidade da participação se faz necessário analisar os inúmeros estudos de casos realizados em EES¹¹. Em muitos deles, como em Henriques (2007) e Rufino (2005) é possível identificar que

11 Como, por exemplo, Singer e Souza (2003), Gaiger (2004), Rufino (2005), Henriques (2007), Novaes (2007), Araújo (2009).

há uma forte barreira cultural para a implementação da autogestão. Nas instâncias de participação, como nas assembleias, é comum verificar que são poucos os que têm voz ativa e efetivamente participam das discussões.

Outra característica que evidencia a fragilidade dessas experiências e a luta pela sobrevivência como a característica mais marcante é a baixa remuneração gerada: 71,32% dos empreendimentos têm faturamento mensal inferior a R\$ 5.000,00 e, destes, 30,89% revelaram estar sem faturamento, sendo alguns EES limitados a atividades de subsistência. Dos que possuem faturamento, 62% remuneram seus sócios em até um salário mínimo, 26% entre um e dois salários mínimos e 10% entre dois e cinco.

Vale ainda apresentar alguns dados relativos à atuação externa dos EES, que envolve cooperação com outros grupos de trabalhadores e com a sociedade. Foram identificadas mais de 9.300 ações de cooperação econômica entre os EES. Mais da metade dos EES, 57,7%, afirma participar de movimentos sociais e populares e um número um pouco menor, abrangendo 45,7%, de redes ou fóruns de ES. Em um interessante estudo de análise dos dados do SIES, Culti et al. (2010) indicam, entretanto, que 40,9% das experiências fazem parte de um grupo que quase não possui envolvimento social.

Esse mesmo estudo aponta que apenas 15% dos EES contratam trabalhadores, sendo 55,3% deles em caráter temporário:

O quadro nacional dos EES se caracteriza por apresentar predominância absoluta daqueles que têm como associados trabalhadores ocupados diretamente nas atividades dos empreendimentos, gerando renda monetária destinada para remuneração de seus associados e, na maioria, não há trabalhadores não sócios (CULTI et al., p.58).

O quadro apresentado evidencia a fragilidade econômica das experiências mapeadas. Mas a principal questão levantada nesta sessão é relativa ao exercício da autogestão, numa tentativa de avaliar se as práticas se aproximam do projeto político da economia solidária apresentado na sessão anterior.

Algumas análises nesse sentido já foram realizadas. Culti et. al (2010) consideram que os EES funcionam dentro de uma racionalidade e eficiência diferenciada, seja pela alta incidência de espaços de participação existentes, seja pela presença massiva de associados que trabalham diretamente nas

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

atividades produtivas, seja pela capacidade de fomentar o desenvolvimento local e regional ou ainda pela alta taxa de participação em redes ou fóruns e movimentos sociais.

Em análise feita sobre os dados do primeiro mapeamento, Gaiger (2007), buscou com a construção de hipóteses e coeficientes evidenciar a existência de práticas do que chamou de “baixo solidarismo”. Entre as hipóteses estavam a inexistência de órgãos colegiados de decisão, a contratação de força de trabalho de forma permanente e a falta de participação social e política. Criou coeficientes de baixo solidarismo e também do que seria o “alto solidarismo”. Concluiu que:

Os empreendimentos não estão rente ao chão, próximos aos patamares mínimos, mas tampouco concentrados no topo. A sua grande maioria nem apresenta características negativas, contrárias ao empreendedorismo solidário, nem se destaca por características de alto desempenho. À luz do instrumento de análise aqui utilizado, eles estão acima do ponto crítico e abaixo do ponto ótimo: distribuem-se pelo gradiente existente entre esses dois níveis, com práticas variáveis, mas efetivas de economia solidária. (GAIGER, 2007, p.459)

Os dados apresentados sugerem que em boa parte das experiências, ao menos em mais da metade, há indícios de que apresentam algumas das características principais do projeto político da economia solidária. Possuem elementos que apontam para a busca de exercício da autogestão e configuram-se em práticas concretas de experimentação de uma nova forma de organizar o trabalho. É, entretanto, ainda muito frágil o peso dessas iniciativas na economia nacional, sendo a participação na indústria inferior a 2% das experiências, com um alto índice de atividades de subsistência e produção artesanal. Esses dados indicam a incipiência dessas iniciativas e apontam fragilidades no sentido da economia solidária configurar-se em um sistema alternativo ao capitalista.

Ainda cabe questionar sobre a parcela significativa das experiências que não realizam assembleias ou reuniões gerais ao menos trimestralmente (25,4%), assim como os casos em que a eleição de diretores não foi uma das

formas de participação apontadas no mapeamento (40%). Uma das possíveis respostas pode ser devido ao fato constatado por Culti et. al (2010) de que pouco menos da metade dos EES possuem organização administrativa muito simples. Nesses casos, pode ser que não haja a figura de coordenadores e diretores, nem de presidentes dos empreendimentos. Ou ainda devido à possível proximidade dessas iniciativas das práticas de empreendimentos familiares.

Como hipótese a ser explorada em análises futuras, me parece que uma parcela considerável das experiências mapeadas não se diferencia das práticas que são agrupadas pelos conceitos de economia popular e economia social. Nesse caso não me refiro às interseções desses conceitos com o de economia solidária, mas sim, das iniciativas individuais ou familiares ou de iniciativas em que não se pratica efetivamente uma gestão coletiva, diferenciando-se, entretanto de empresas privadas por se pautarem na lógica da reprodução ampliada da vida, para utilizar os termos de Coraggio (2007).

Por fim, como elementos da realidade que explicitam um projeto político em andamento, cabe citar dois fatos que foram protagonizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Ambos sinalizam que há um posicionamento do movimento que tenta afirmar a identidade da economia solidária. O primeiro foi desencadeado pelo Projeto de Lei 865 encaminhado ao congresso em março de 2011 pela presidência da república que propunha a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa e colocava a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) dentro dele. A partir de um pleito do FBES e de 28 parlamentares, em menos de dois meses realizaram-se 23 audiências públicas em 22 estados do Brasil, envolvendo mais de 2.500 pessoas, segundo informações de seu sítio.

Os debates ocorridos sinalizaram para a afirmação de identidade da economia solidária, diferenciando-a das micro e pequenas empresas¹². O resultado dessa campanha foi positivo e o governo solicitou a retirada das instâncias da economia solidária desse projeto de lei.

O segundo fato foi gerado, principalmente, pela tentativa de

12 Apesar de existirem organizações que eram favoráveis à mudança, pleiteando que o nome do ministério incluísse a economia solidária.

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

incorporação do discurso da economia solidária em projetos de responsabilidade social empresarial. Em 29 de junho, o FBES divulgou o seguinte manifesto:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem a público se manifestar sobre iniciativas no tema da economia solidária que ocorrem por parte de empresas e corporações capitalistas.

A economia solidária que defendemos e praticamos, reafirmada junto com a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária da América Latina e Caribe (Ripess-Lac), não é a economia que empresas como Camargo Correa, Votorantim, Cargil, Monsanto, entre tantos outros conglomerados capitalistas, desenvolvem na sociedade e no meio ambiente. A economia solidária que defendemos não se promove e não se confunde com empreendedorismo e responsabilidade social empresarial, com iniciativas do terceiro setor ligadas a estas empresas por institutos ou pelo assistencialismo.

É fundamental que a sociedade faça a reflexão sobre o que é economia solidária e o que é sustentabilidade, mas negamos que tais debates mascarem as causas reais sobre o porquê nossa sociedade é hoje marcada pela desigualdade, pela produção e consumo insustentáveis sobre a Terra e pela exploração. A sociedade precisa refletir e denunciar o que empresas como Camargo Correa e tantas outras geram em nosso planeta, o que está por traz da dita responsabilidade social que ora se projeta.

Somos contra o trabalho precário ou escravo, contra a reprodução do capital, contra a lógica das grandes corporações. Defendemos o fortalecimento do movimento social da economia solidária nos seus princípios: da organização autogestionária, autônoma e emancipada dos trabalhadores/as

associados, pelo bem viver, contra a mercantilização da vida, contra a mercantilização da terra, das sementes, do conhecimento e da água.

Seguimos em defesa dos bens comuns, da justiça, da autogestão, da solidariedade entre os povos e pela sustentabilidade em sentido pleno! (retirado do sítio www.fbes.org.br em 15 de julho de 2012)

É perceptível que o projeto político, por vezes, fala mais de uma realidade que se quer alcançar do que de uma realidade concreta, conferindo às experiências de economia solidária um potencial econômico e político que ainda não foram comprovados na prática. Isso pode ser negativo se a percepção do hiato existente representar um processo de rejeição das experiências diante da idealização inicial. Entretanto, o conteúdo ideológico do projeto, quando discutido a partir das contradições da realidade que se impõem, é importante para influenciar as práticas das instituições envolvidas com o movimento de economia solidária. Os dois casos acima relatados são exemplos de como um posicionamento político do movimento de base tem condições de interferir nas práticas das experiências.

5. A desconstrução do projeto político da Economia Solidária

Alguns estudos, entretanto, apontam na direção contrária. Não só refutam as ideias de que existe uma nova racionalidade econômica e um novo modo de produção como também acreditam que a proposta da economia solidária é funcional ao sistema capitalista.

Barbosa (2005) considera que a economia solidária pode até apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção. Tal posição está ancorada na ideia de que a economia solidária não está dissociada do capitalismo, uma vez que está subordinada ao mercado e ao processo de valorização capitalista. Por serem raras as experiências de cadeias produtivas autônomas, a lógica organizacional e o ritmo produtivo são regidos pelo mercado, que, para a autora, tende a interagir com os EES para subcontratá-los e diminuir os custos de reprodução do trabalhador, numa alusão a terceirização de atividades das empresas (BARBOSA, 2005).

Wellen (2008) acredita haver uma mistificação promovida pelos

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

representantes da economia solidária. Estes desconsiderariam a fase monopolista do sistema hegemônico ao não perceberem suas determinações e estariam propondo uma interface mais harmoniosa com o capital evitando o confronto direto.

Em sua tese de doutorado, Wellen (2010) desenvolve os argumentos que justificam sua afirmação de que a economia solidária representa uma forma de legitimação do sistema capitalista e um retrocesso na luta dos trabalhadores. Para o autor, o principal erro em que incorrem os teóricos da economia solidária é de não inseri-la na totalidade social, ou seja, não perceberem o fato das experiências serem determinadas pelo modo de produção em que estão submetidas: “Tanto no interior da organização, assim como na íntima subjetividade de cada integrante da organização de ‘economia solidária’, constam vários rebatimentos das determinações sociais provenientes da estrutura econômica e social” (p. 65).

A partir de dados do mapeamento de economia solidária, Wellen (2010) reforça a fragilidade econômica das iniciativas e a dependência econômica que possuem com relação às empresas capitalistas e ao Estado. Dependência essa que impossibilitaria qualquer afirmação de se tratar de um sistema alternativo.

Compreender a totalidade social em que estão inseridas as experiências de economia solidária certamente é relevante, assim como é pertinente a crítica com relação à mistificação do projeto da economia solidária, que pode ser observada, segundo Wellen (2010), na tendência de uma supervalorização das experiências individuais. Entretanto, não há novidade nessa crítica. Gaiger (2004), que é um dos autores que Wellen chamaria de representante da economia solidária, diz que os EES sofrem uma dupla subordinação à economia capitalista, por estarem sujeitos à sua lógica de acumulação e regras de intercâmbio e também por necessitarem utilizar-se de sua base técnica.

Wellen (2010) para defender sua tese central parece descumprir alguns procedimentos metodológicos que anuncia. Ao mesmo tempo em que afirma que o que determina a função social de qualquer objeto de pesquisa não são os discursos proferidos por seus representantes, dialoga, em muitos momentos da tese apenas com as teorias anunciadas pelo professor Paul Singer.

O autor também anuncia que não busca identificar qualidades específicas ou singulares das organizações, mas não deixa de citar casos

isolados, cuja relevância dentro do movimento de economia solidária se desconhece¹³, para defender seu argumento central. Mesmo a título de exemplo, tal procedimento se assemelha ao que o autor critica quando fala de uma “atribuição supervalorizada aos sentidos individuais” (p.43).

Apesar de Wellen (2010) acertar ao dizer que as referências ideológicas da economia solidária nem sempre são questionadoras ao modo de produção capitalista¹⁴, há em sua tese a ausência de autores que de dentro do movimento de economia solidária produziram críticas aos argumentos centrais que ele apresenta, como os trabalhos de Novaes (2007) e Sardá de Faria (2011)¹⁵, o que dá ao leitor uma impressão parcial das discussões acerca desse tema. Alguns outros dados da realidade que foram esquecidos também não podem deixar de ser mencionados, como a total ausência em sua tese de referências ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que é desde 2003 o principal espaço de articulação entre empreendimentos, assessores e membros do poder público que participam do movimento de economia solidária.

Cabe ainda comentar algumas informações ou análises equivocadas do autor. Por mais que haja teóricos que escrevem sobre economia solidária que possam partilhar da visão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)¹⁶, não se pode confundir as ideias com os fatos, como o próprio autor sugere. Há uma clara cisão entre as instituições que participam da economia solidária e essa organização. Assim como a Economia de Comunhão não é uma experiência peculiar de economia solidária, como diz o autor. São conceitos distintos e são práticas distintas.

13 Como quando cita um caso da Instituição Comunitária de Crédito Portosol

14 Como afirma Cruz (2006), economia solidária é uma expressão conceitual em disputa. Não apenas entre os que divergem sobre o potencial transformador desse projeto, mas dentro do próprio movimento de economia solidária.

15 Este autor, que durante muitos anos trabalhou na Secretaria Nacional de Economia Solidária, defende a tese de que a economia solidária e o novo cooperativismo podem significar uma metamorfose da relação capital-trabalho, mas não a sua superação. “Uma mudança nas relações de propriedade, certamente, porém com a manutenção das relações sociais de produção que fundam o capital e a sociedade contemporânea” (Sardá de Faria, 2011, p.31).

16 Ou cometer deslizes, sobre a obrigatoriedade de filiação nesta entidade, que pareceu ser o caso.

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

A fragilidade das iniciativas de economia solidária é uma realidade, como apontam os dados do mapeamento acima apresentados. Corroboro da ideia de que nas relações sociais de produção de qualquer organização, assim como nas vidas pessoais, incidem valores do modo de produção capitalista. Mas não compartilho da ideia de que as práticas no interior de uma unidade produtiva estejam pré-determinadas pelo modo de produção hegemônico. Wellen (2010) sugere que o projeto de economia solidária é um impeditivo às revoltas organizadas pelos trabalhadores, escurecendo o horizonte revolucionário. Essa é uma afirmação dogmática, que desconhece a realidade vivida pelos trabalhadores da economia solidária, que, em geral, não tiveram uma prática militante anterior nem poderiam ter seus horizontes revolucionários mais obscurecidos do que já estavam.

Menezes (2007) e Germer (2006) também apresentam concepções similares às de Wellen. A primeira sugere que o projeto da economia solidária é conciliador e funcional para a sedimentação da hegemonia do capital por estar sintonizada com as recomendações dos organismos multilaterais, contribuindo para a hegemonia norte-americana, por reforçar a ideia do “faça você mesmo”. Germer (2006) é ainda mais explícito em sua proposta política ao afirmar que a adoção da estratégia da economia solidária atua em contraposição à luta pelo poder do Estado, que é para ele um terreno em que as condições são mais favoráveis aos trabalhadores.

É no mínimo curioso que iniciativas tão frágeis, tratadas por vezes com menosprezo¹⁷, sejam tratadas ao mesmo tempo com a capacidade de contribuir para a hegemonia norte-americana. Apesar do apelo por uma crítica marxista, constata-se que tais investidas carecem profundamente de uma base concreta capaz de validar suas formulações teóricas.

As críticas provenientes do que hoje se denomina Movimento de Fábricas Ocupadas apresentam maiores bases materiais de discussão, uma vez que analisam o isolamento de determinadas experiências de economia solidária. Essa crítica se dá a partir de experiências concretas vivenciadas por seus teóricos e apresentam uma alternativa ao projeto da economia

17 Germer (2006), por exemplo, fala das cooperativas de artesãos como uma reunião de pequenos produtores autônomos em decadência, que representariam nada mais do que “esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes” (p.206).

solidária, que é a estatização de empresas sob controle operário. Mais do que uma bandeira distinta, seus protagonistas têm praticado uma relação mais próxima dos demais movimentos sociais, que pode trazer contribuições para o debate dos rumos do movimento de economia solidária.

Também muito presente nas críticas dirigidas às experiências de economia solidária está a questão dos direitos trabalhistas. Para Barbosa (2005), o apoio do Estado a essas iniciativas deve-se ao descomprometimento com a perspectiva social de universalização de direitos, referindo-se, especificamente, ao trabalho assalariado. Além disso, a autora reproduz o argumento de que a vinculação do Estado ao movimento de economia solidária intenta desviar as lutas sociais de reconceituação do trabalho.

É importante ressaltar a pertinência da observação da autora sobre o processo de precarização das relações trabalhistas por meio da formação de cooperativas, que nada fazem além de intermediar o trabalho. Há muitos casos também, como ressalta Leite (2009), em que empreendimentos que surgiram com os ideais autogestionários são desvirtuados de suas intenções originais na medida em que vão estabelecendo vínculos com redes empresariais.

Tal fato é compreensível na medida em que a associação de trabalhadores se dá muito mais pela falta de perspectivas de emprego regular ou como alternativa ao desemprego do que pela convicção de um trabalho autônomo e emancipador (LIMA, 2007). Entretanto, é necessário compreender que as cooperativas de intermediação de trabalho e as que perderam as características da gestão coletiva não pertencem ao heterogêneo quadro dos EES. Mais do que a forma cooperativa, é a prática da autogestão ou, ao menos, a tentativa de, que distinguem essas iniciativas.

Com relação ao argumento da luta pelo trabalho assalariado, cabe indagar se este teria condições de atender à demanda de emprego no país e se as práticas de economia solidária não poderiam representar um desejo de trabalhar de outra maneira, na busca de alternativa às relações sociais engendradas pela heterogestão.

Entre a dualidade dos que idealizam as potencialidades da economia solidária e os que renegam sua importância, adoto a cautela de Márcia de Paula Leite (2009) que diz que:

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

(...) embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm deixando marcas importantes em nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho. (p.39)

Assim como a autora, entendo que os EES têm a potencialidade de construir novas formas de sociabilidade, como, por exemplo, as novas relações que muitas mulheres estão tecendo no âmbito familiar. Com forte participação feminina¹⁸, a economia solidária representa, em determinados casos, emancipação na vida conjugal para mulheres que nunca trabalharam fora de casa, conforme observa Araújo (2009).

Essas potencialidades são limitadas, mas não inexistentes. Renegá-las ou diminuí-las faz parte de uma visão míope acerca das possibilidades de transformação social. As suas fragilidades são decorrentes, como sugere Santos e Rodríguez (2005), de seu caráter antissistêmico. E assim como esses autores, busco uma “perspectiva que interprete de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas baseadas em princípios não capitalistas” (p.26).

6. Considerações finais

Sem ter clareza do ponto de chegada e da potencialidade dessas experiências, acredito na importância de compreendê-las e impulsioná-las por apresentarem elementos inovadores com relação à economia do capital.

18 Sobretudo nos pequenos empreendimentos, de até 10 participantes, como informam os dados do SIES.

Corroboro, portanto, das análises feitas por Márcia de Paula Leite e Boaventura de Sousa Santos, que apontam para a importância de valorizar as iniciativas sociais a partir de suas singularidades.

Entendo que a combinação de uma perspectiva crítica com a utópica, sem perder de vista as condições reais das práticas de economia solidária, é importante para a construção de um projeto político emancipatório, que possa direcionar para a conquista das políticas públicas desejadas pelo movimento e evitar a apropriação do conceito por ideólogos do sistema capitalista. Entretanto, ter um projeto político que aponte para onde se quer chegar não pode ignorar as fragilidades existentes e as limitações impostas pelo sistema do capital. Da mesma forma, a perspectiva crítica não deve imputar aos trabalhadores um peso que eles não têm condições nem interesse de carregar. Muito menos deve refutar as experiências realmente existentes pelo simples fato delas não se enquadrarem em esquemas teóricos previamente formulados.

7. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Fernanda Santos. *Economia Solidaria e Autonomia: Uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

CORAGGIO, José Luis. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (Org.). *Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de*

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CORAGGIO (Org.). *La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Miti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. *Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários*. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade: A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p.156-161.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho & LAVILLE, Jean Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como Práxis Pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio (org). *Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.371-402.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, 2007, Florianópolis. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007, p.444-465.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Revista*

Outubro n.14. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf, acessado em 13.01.2013. 2006, p.193-214.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Assessoria a Empreendimentos de Autogestão*. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HENRIQUES, Flávio Chedid. *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.24 n. 69, São Paulo, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script=sci_arttext. Acesso em 12.01.2013.

LIMA, Jacob Carlos. *Paradoxos do trabalho associado*. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade do Estado de São Paulo*, v. 21, n. 1 - pp. 113-132. São Paulo, 2007.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco (Org.). *Economia Solidária e Autogestão: Ponderações Teóricas e Achados Empíricos*. Maceió: EDUFAL, 2005, p.42-60.

MENEZES, Maria Theresa Cândido Gomes de. Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI*, 3, 2007, São Luis. *Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI*. São Luis: UFMA, 2007.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. *Trajetórias e Transformações no Mundo da Economia Solidária*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia

As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação e uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?

Social). Museu Nacional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NASCIMENTO, Claudio. *A Autogestão e o Novo Cooperativismo*. Texto para discussão da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.474-508.

RAZETO MIGLIARO, Luis. La Economía de Solidaridad: Concepto, Realidad y Proyecto. In: CORAGGIO (Org.). *La Economía Social desde la Periferia: Contribuciones Latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007, p.317-338.

RUFINO, Sandra. *(RE)FAZER, (RE)MODELAR, (RE)CRIAR: A autogestão no processo produtivo*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). 2005. Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o canône da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.23-78.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital*. Florianópolis, UFSC, 2011.

SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não-capitalista. *Teoria e Debate*, Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. n. 32. Jul./ago./set. 1996.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petropolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003, p.110-30.

SINGER, Paul. Prefácio: um olhar diferente sobre a economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho & LAVILLE, Jean Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 5-9.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da “economia solidária”. In: *Revista Katálisis*, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 105-115, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=179613968010>. Acesso em 13.01.2013.

WELLEN, Henrique André Ramos. *Para a crítica da “economia solidária*. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Enviado:
11.08.2014
Aprovado:
09.10.2014